

## ESPECIAL SEGURANÇA

# 100 PROMOTORES APURAM CRIMES NA GREVE DA PM



## Força-tarefa apura mortes e delitos cometidos na paralisação

RAQUEL LOPES  
rflopes@redgazeta.com.br

Mais de 100 dos 270 promotores do Ministério Público Estadual (MPES) começaram a atuar na força-tarefa criada para apurar crimes que ocorreram durante o período de 22 dias da paralisação da Polícia Militar. A primeira reunião foi realizada na última segunda-feira e a previsão é que os primeiros resultados sejam divulgados nos próximos 30 dias.

De acordo com o promotor do MPES Pedro Ivo de Souza, coordenador da força-tarefa, serão cinco linhas de investigação: homicídios, ônibus queimados, latrocínio, crimes militares e análise da responsabilidade dos atos praticados pelas mulheres no movimento. "Foi muito sério o que aconteceu no Estado, um momento de barbaridade vivida na nossa história", diz. Confira abaixo a entrevista concedida à jornalista Fernanda Queiroz da Rádio CBN Vitória.

### HOMICÍDIOS

"Vamos dar a catalogação deles, os estágios das

investigações, as denúncias que já foram oferecidas, se pessoas foram presas em decorrência dessas denúncias. O que nós temos é que alguns inquéritos já foram concluídos e algumas pessoas já foram presas, inclusive em flagrante na decorrência dessa crise. No relatório que precisa ser entregue em 30 dias a gente consegue dar as respostas de forma mais clara."

### MULHERES

"Ao que me parece, tem predomínio de mulheres familiares no movimento. Outras mulheres que não eram familiares participaram e deram apoio a causa que tem a intenção de valorização profissional da PM. É possível que se entenda que elas podem responder pelo atentado contra o serviço de utilidade pública ou com a incitação ao crime."

### POLICIAIS

"Se não responderem pelo crimes do código penal comum pode haver um concurso com os policiais pela prática dos crimes previstos no Código Penal Militar, como os crimes de re-

### CAUTELA



*"Estamos tendo muita responsabilidade de tratar a questão de forma séria, sem criar nenhum anjo e nenhum monstro"*

PEDRO IVO  
PROMOTOR DO MPES

volta e motim. Existe ainda uma via que seria o crime contra a segurança nacional, significa uma responsabilização mais dura."

### PMS ENVOLVIDOS

"Recebemos todas as pessoas do Estado, vídeos e áudios, não podemos afirmar de forma alguma se foram praticados por policiais ou não. Não esta-

mos descartando nenhuma hipótese investigativa. Essa subnotificação está em nosso radar."

### POLÍTICOS

"Nós estivemos no batalhão, chamamos para conversar e temos levantamento das pessoas que ficaram fazendo o movimento de impedimento de acesso, quanto de quem estava dando o apoio. Alguns contatos dessas pessoas (do movimento) aconteceram durante a crise, se desde o início e durante foi feito de forma organizada, aí é uma outra questão. Houve alguma articulação do movimento, mas dizer da interferência dos políticos só quando as investigações forem concluídas."

### ONU

"Todos os dias nós temos homicídios, roubos, furtos, mas não como ocorreu no período, foi um período grave. Não foi dimensão apenas municipal e Estadual, mas nacional e internacional. A ONU está preocupada com isso e tem cobrado resposta de todas as instituições públicas sobre o ocorreu."

### ENTENDA

#### FORÇA-TAREFA

▼ **Promotores**  
Mais de 100 dos 270 promotores do Ministério Público Estadual atuam na força-tarefa para apurar as cinco linhas de investigação de crimes realizados durante os 22 dias de paralisação da Polícia Militar

#### LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

▼ **Cinco**  
Homicídios, ônibus queimados, latrocínio, crimes militares e análise da responsabilidade dos atos praticados pelas mulheres no movimento.

#### RESPOSTA

▼ **30 dias**  
O primeiro relatório precisa ser entregue em 30 dias, mas outros relatórios também precisam ser apresentados de 30 em 30 dias.

#### QUEM PODE SER PUNIDO

▼ **Investigação**  
Podem ser responsabilizados mulheres, policiais e políticos, por exemplo. Todas as pessoas que

tenham participação na paralisação, mas as investigações precisam ser concluídas.

#### MULHERES

▼ **Crimes**  
Uma das linhas foi criada para análise da responsabilidade dos atos praticados pelas mulheres no movimento. Elas podem ser responsabilizadas pelos crimes de atentado contra serviço de utilidade pública e incitação ao crime.

#### POLICIAIS

▼ **Crimes**  
De acordo com o promotor, os policiais envolvidos nesta manifestação também poderão ser responsabilizados por crime maior que motim e revolta, como, por exemplo, crime contra a segurança nacional.

#### ONU

▼ **Respostas**  
A ONU tem cobrado resposta de todas as instituições públicas sobre o que ocorreu com a paralisação da Polícia Militar.

## ESPECIAL SEGURANÇA

PEDIDO DE JUSTIÇA

# “Foi uma semana marcada pela dor de muitas mães”, diz avó

**O neto foi morto em um bairro periférico de Vila Velha durante a paralisação da PM**

RAQUEL LOPES  
rflopes@redgazeta.com.br

“Eu estava com meu filho no sofá, ele estava deitado com a cabeça no meu colo. Eu disse para ele não ir à rua e ele me falou: ‘vó, eu vou ali e já volto’, não voltou mais”. A senhora de 51 anos perdeu o neto durante os 22 dias da paralisação da Polícia Militar e, agora, clama por justiça.

O neto de 18 anos foi morto com três tiros num bairro periférico de Vila Velha. Ele havia saído com um amigo na segunda-feira, dia 6, por volta das 14 horas, para dar uma volta e foi atingido com vários disparos: três, que ela se lembra.

A avó não sabe quem atirou e o motivo que levou alguém a tirar a vida de seu neto. “O rapaz que estava com ele não conhecia nada, ele chegou chorando e disse que não sabia quem era, só viu meu filho no chão. Isso ficou uma guerra, não tinha como ir na esquina comprar pão, a parede está com várias marcas de bala”.

O neto foi criado com a avó desde que nasceu. Nos últimos dias ele estava procurando trabalho. Ela não tinha muito conhecimento do envolvimento do neto fora de casa, apenas que ele havia sido detido por causa de drogas. Para dar uma vida digna

à família, ela precisa sair cedo de casa e só volta no fim da tarde, sempre era recebida pelo seu neto, que chamava de filho.

“Um filho doce, carinhoso, um filho ótimo, sempre cobrei que fizesse as coisas certas. Ele dizia que era feliz, dizia que eu e a mãe dele eram as pessoas mais importantes. Vai ser uma semana marcada não só pela minha dor, mas de muitas mães que choraram.”

## JUSTIÇA

A esperança é que o caso não fique impune. “Eu ainda não fui procurada por ninguém. Eu espero uma resposta, porque a pessoa que tirou a vida dele pode estar por aí matando, eu acredito que por mais que a gente não queira acreditar na Justiça, eu acredito que ela tenha de ser feita. Espero que alguma coisa aconteça”.

## GUERRA

“O rapaz que estava com ele não conhecia nada; ele chegou chorando e disse que não sabia quem era, só viu o amigo no chão. Isso ficou uma guerra”

## AVÓ DE VÍTIMA DE HOMICÍDIO



FERNANDO MADEIRA

Mulher que teve neto assassinado durante a greve da PM, em fevereiro

## Outros órgãos investigam

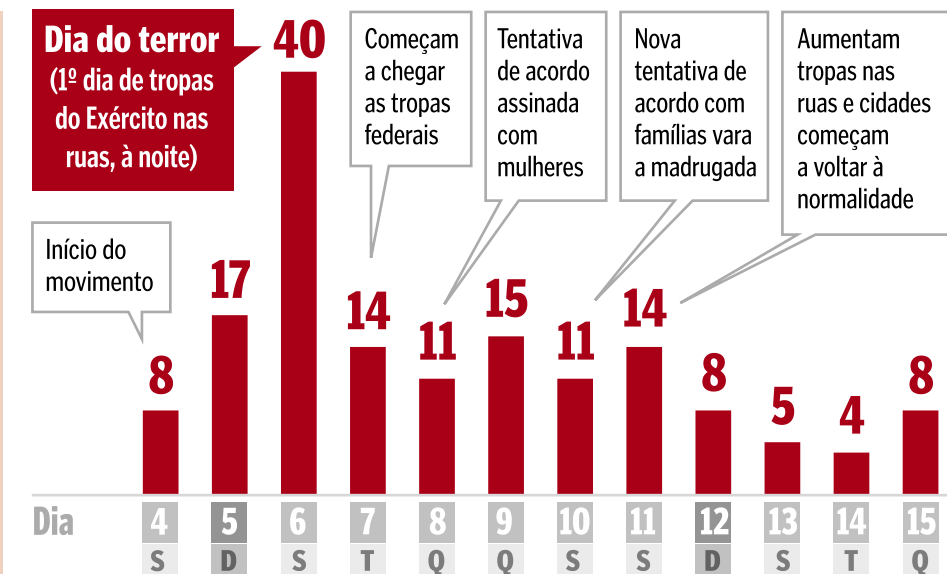
Além da investigação realizada pela Força-Tarefa do Ministério Público do Espírito Santo, outros órgãos investigam os crimes que ocorreram durante os 22 dias de paralisação da Polícia Militar, como a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

O órgão federal, que é ligado ao Ministério da Justiça, tem recebido ligações desde o início da crise sobre possíveis casos de envolvimento de policiais nas mortes registradas no Espírito Santo.

O próximo passo é cruzar as denúncias com a lista de mortos, que aos poucos vão sendo identificados pelas autoridades locais. Em entrevista a rádio CBN, a ouvidora nacional de Direitos Humanos, Irina Bacci, reuniu relatos, vídeos, notícias de jornais, tudo que possa trazer indícios de quem está matando no Espírito Santo.

“A gente já recebeu denúncias de envolvimento de policiais em algumas dessas mortes, considerando, inclusive, que o estado do Espírito Santo tem infelizmente histórico de milícias, como o Le Coq”.

## ESCALA DE HOMICÍDIOS



Fonte: Sindipol

## Gov. e mulheres: mais um encontro

Após quatro tentativas de acordo sem sucesso, representantes do Governo do Estado e mulheres de policiais militares voltam a se encontrar novamente amanhã para uma audiência de con-

cessação. Desta vez, a reunião será mediada pelo juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual. O pedido foi feito pelo Ministério Público Estadual (MPE).

Infografia | Genildo